



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

Prestar atenção ao futuro desenvolvimento das políticas para o ensino especial

Com o aumento da população e da taxa de natalidade, e com o avanço das ciências e da tecnologia, o número dos alunos diagnosticados com necessidades especiais educativas tem registado aumentos contínuos nos últimos anos. Segundo os dados estatísticos da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, o número dos alunos que frequentam as escolas públicas e privadas de ensino especial passou de 582¹ no ano lectivo de 2012/2013 para 767² no ano lectivo de 2017/2018; e o número dos alunos integrados em turmas regulares atingiu 1349. Nos últimos anos, o Governo tem envidado muitos esforços nos trabalhos de avaliação e tratamento precoce das crianças com necessidades especiais entre os 0 e os 6 anos, mas não se pode reduzir o apoio a essas crianças quando estas entram na escola, mesmo que já tenha passado o período de ouro do tratamento. E segundo alguns docentes do ensino especial, as escolas têm falta de recursos humanos, de instalações e de equipamentos, o volume de trabalho dos professores é elevado, e os seus salários e regalias são insuficientes, portanto, tudo isto está a afectar os trabalhos no âmbito do ensino especial, o que

¹ Vista Geral da Educação em números, Educação em números 2012/2013, http://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/category/teachorg/Inter_main_page.jsp?id=46100

² Estatísticas de Estudantes (Ano Lectivo 2017/2018), http://portal.dsej.gov.mo/webdsejspace/internet/category/teachorg/Inter_main_page.jsp?id=8525



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

merece a atenção do Governo.

A consulta pública sobre o Regime educativo especial, que tem a ver com o desenvolvimento do ensino especial, foi concluída em 2015, mas o respectivo processo legislativo ainda não foi concluído. Na sua resposta a uma interpelação escrita de um deputado, o Governo afirma que o Regime educativo especial já entrou em processo legislativo³, mas não refere qualquer calendário; e mais, este Regime não se encontra entre as 12 propostas de lei do plano legislativo deste ano, portanto, o sector educativo receia que a demora na revisão da lei vá afectar o desenvolvimento da educação especial, sobretudo no que respeita a garantir aos alunos um ambiente de aprendizagem adequado, às escolas mais apoios (tal como se refere no documento de consulta, sugere-se ao Governo que disponibilize fundos, instalações, equipamentos, etc. às entidades particulares que prestam serviços nesta vertente de ensino, e que disponibilize os apoios necessários aos encarregados de educação dos alunos) e aos docentes também mais apoios (formação, salários e regalias, etc.).

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em Março do ano passado, o Governo afirmou que a proposta de lei em causa ia ser concluída e submetida à apreciação superior naquele ano⁴. No final do ano passado, voltou a afirmar que a revisão da lei ia ser concluída no primeiro trimestre do ano seguinte⁵. Então, qual é o ponto da situação?

³ DSEJ: Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à AL, Ho Ion Sang, <http://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2018-08/814515b6d4ed640906.pdf>

⁴ 6 de Março de 2017, a proposta de revisão do Regime educativo especial vai ser concluída este ano, Jornal Ou Mun, página A07.

⁵ 2 de Dezembro de 2017, a revisão do Regime educativo especial vai ser concluída no primeiro trimestre do próximo ano, Jornal Ou Mun, página A03.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Para evitar mais atrasos na revisão da lei, o Governo vai divulgar a respectiva calendarização?

2. Para garantir que as escolas do ensino especial e do ensino integrado e os seus docentes obtenham melhores apoios, o Governo deve introduzir um mecanismo de financiamento claro no futuro Regime educativo especial e nos outros diplomas legais correspondentes, para as escolas poderem ter mais flexibilidade na aquisição de equipamentos (por exemplo, instalações e equipamentos sem barreiras) e na contratação de recursos humanos (professores do ensino de reforço e terapeutas), e poderem oferecer melhores salários e regalias aos professores do ensino especial e aos restantes trabalhadores. O Governo vai fazê-lo?

— 3. O Governo deve avaliar as futuras necessidades do ensino especial, para planear melhor os terrenos destinados a fins educativos, a formação dos professores e os recursos a investir. Vai fazê-lo? De que planos dispõe para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais no prosseguimento de estudos superiores?

7 de Setembro de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**